

NEGOCIAÇÃO E CLASSES DOMINANTES

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 27.03.1984

A campanha cívica pelas eleições diretas, que continua a mobilizar toda a nação brasileira, coloca de maneira muito clara não apenas o problema da democracia, mas também o da negociação.

Nos últimos dias, ao mesmo tempo em que se intensificava a pressão popular sobre os congressistas pela aprovação da emenda Dante de Oliveira, os setores mais re-alistas da oposição preocupavam-se em estabelecer pontes com o PDS diante da eventualidade da rejeição da emenda. Essa atitude, entretanto, recebia críticas dos setores mais utópicos da oposição, que recusam a idéia de qualquer negociação.

O governo federal, por sua vez, dilacerava-se internamente entre o grupo dos duros, ligados a Maluf e Andreazza, que não querem ceder, e o grupo liderado por Leitão de Abreu que deseja negociar como uma condição de sobrevivência.

Nesse sentido esse grupo procura convencer o Presidente da República a encaminhar ao Congresso imediatamente uma emenda constitucional que estabeleça eleições diretas em 1988. Embora essa emenda seja inaceitável para a oposição porque estabelece um mandato de quatro anos para um presidente eleito por via indireta, terá o condão de levar um número considerável de deputados do PDS a terem uma justificativa para rejeitar a emenda Dante de Oliveira.

Caso essa emenda seja remetida ao Congresso, teremos duas conseqüências principais. De um lado reduz-se a probabilidade de aprovação da emenda das diretas. De outro lado, as candidaturas Andreazza e Maluf sofrem um gravíssimo revés já que o governo será obrigado, em seguida, a negociar com a oposição para a aprovação dessa emenda. E para

que haja alguma possibilidade de acordo, além da redução do prazo para antes de 1988, os nomes dos dois candidatos estarão automaticamente excluídos.

Do lado do PDS temos, portanto, duros e negociadores; do lado da oposição, realistas e utópicos.

Os realistas não são necessariamente os grupos mais conservadores da oposição, mas são aqueles que reconhecem que para obter as eleições diretas a negociação não apenas com o PDS, mas principalmente com as classes dominantes é essencial.

Na verdade, as classes dominantes estão hoje divididas entre o PDS e o PMDB. No passado recente elas se concentravam na Arena, mas nos últimos anos os setores mais progressistas socialmente e mais democráticos da burguesia e da tecnoburocracia passaram para o PMDB, ou diretamente ou via PP.

No momento em que toda a sociedade exige que o processo de redemocratização do país ganhe plenitude, pondo um fim definitivo ao pacto autoritário tecnoburocrático-capitalista estabelecido em 1964, as classes dirigentes querem garantir que essa transição ocorra sem maiores traumas. Admitem, por falta de outra alternativa, que o espaço para as classes populares aumente, que a sociedade civil se amplie e se democratize, mas consideram a negociação e a conciliação essenciais.

Nesse quadro trava-se o debate político atual, cujo rumo é a democracia, desde que negociada. Porque, gostemos ou não, as classes dominantes existem neste país e não podem ser desconhecidas.(27/03)